



UMA REVISÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL: O QUE (NÃO) HÁ SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS

Joilma Cordeiro Costa [*]

Elisa Prestes Massena [**]

[*] Licenciada em Química pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestranda em Educação em Ciências e Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) da UESC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1293-4524>. e-mail: jccosta@uesc.br

[**] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET) com atuação na Licenciatura em Química e no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7670-0201> e-mail: epmassena@uesc.br

RESUMO

Este trabalho buscou compreender de que modo as pesquisas atuais apresentam a temática da educação prisional, especificamente no que se refere ao ensino de Ciências. Os dados foram obtidos no Portal de Periódicos e Catálogos de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2011 a 2020, e nas edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) e Encontro Nacional de Ensino de Química (ENEQ) de 2012 a 2020. Para a análise de dados, utilizou-se a análise de conteúdo. A literatura consultada aponta que a educação nos presídios divide espaço com a sua subordinação à disciplina. Por outro lado, é inegável a funcionalidade da escola no espaço prisional, uma vez que não só permite ao encarcerado adquirir conhecimento formal e ter acesso a algum grau de escolaridade, como, também, tem importante papel na vida do professor que atua nesse contexto. Isso pode proporcionar ao sujeito encarcerado vivências daquela realidade e a efetividade do processo educativo em prisões, podendo trazer uma experiência significativa para a formação de professores.

Palavras-chave: Educação de adultos privados de liberdade. Educação em espaços de privação de liberdade. Ensino de Ciências.



INTRODUÇÃO

O dia a dia em uma instituição de privação de liberdade é destacado pela complexidade e marcadamente envolvido por situações peculiares (SOUZA; ONOFRE, 2019). E, quando se fala em educação na prisão, a reação de muitas pessoas em relação à existência da escola para detentos é de espanto ou constatação de que é um benefício ou privilégio (MELLO; ALVES, 2017).

Em relação à educação em ambientes de privação de liberdade, referências e pesquisas que abordam esse tema ainda são escassas, principalmente quando se trata do ensino de Ciências (TAVARES, 2019). O estudo e implantação de projetos educacionais voltados à essa temática ainda são raros e carece de estudos voltados para contexto educacional nas prisões (BERNARDO, 2018).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assegura, aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, o que conduz à interpretação de que a educação nas prisões se insere na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), afirmada na Seção V do Capítulo II, intitulada Educação Básica desta mesma lei (BERNARDO, 2018). No entanto, infelizmente a educação em ambientes de privação de liberdade ainda se encontra em um patamar de invisibilidade (CAMPOS; ROSA, 2020).

Inicialmente, o objetivo desta pesquisa era consultar os Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) e no Encontro Nacional de Ensino de Química (ENEQ) que são eventos reconhecidos na área de Ensino de Ciências. Após a consulta aos Anais do período das cinco últimas edições de ambos os eventos, foi encontrado apenas 01 (um) trabalho no VIII ENPEC que tem relação com ambiente prisional e não foi identificado nenhum trabalho relacionado ao tema nas edições do ENEQ. Esse aspecto pode ser devido à falta de pesquisas no contexto da educação prisional de forma geral ou pelo fato de a educação em ciências ter sua história vinculada ao um conhecimento que não abrangia o acesso das classes menos favorecidas. Sendo assim, a pesquisa foi ampliada e realizada em artigos publicados no Portal de Periódicos e Catálogos de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Neste trabalho, buscamos compreender como a educação em ambientes de privação de liberdade se apresenta nas pesquisas identificadas na literatura, bem como quais as



dificuldades encontradas pelos professores e os impactos do trabalho docente nas iniciativas de melhoramento da educação prisional.

EDUCAÇÃO PRISIONAL

A educação não se restringe aos ambientes escolares, o termo educação é muito mais amplo e abrange muitos aspectos da vida. É importante que os educadores discutam os problemas na área de educação, em que não existam soluções rápidas, mas que levem a melhoria da qualidade de vida da população e que não se restrinja apenas ao território da escola (ONOFRE, 2014). Ademais, é necessário que as universidades públicas ampliem os horizontes democráticos das comunidades, gerando mais oportunidades e condições de acesso aos direitos de uma forma igualitária (UMPIERREZ, 2020).

Com isso, a educação pode ocorrer em diferentes ambientes, contudo algumas das pesquisas e estudos realizados em educação em espaços de privação de liberdade, segundo Bernardo (2018), intensificaram-se a partir dos estudos de Paulo Freire referente à alfabetização de adultos, pois, foi a partir daí que surgiu o pensamento e as propostas direcionadas às pessoas que não tiveram estudos em fase regular. Ainda, com o advento da Constituição Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram asseguradas oportunidades educacionais através da modalidade EJA.

A temática de EJA nas prisões como modalidade educacional contempla segmentos desassistidos, social e educacionalmente, e que se encontram privados de liberdade inseridos no ambiente prisional. Contudo, a proposta da EJA no contexto prisional poderia assumir um formato adequado para aquela população. Na prática cotidiana das prisões, a educação vem sendo desenvolvida de forma tradicional e muito semelhante ao que é proporcionado nas escolas fora dos muros do cárcere. Esse aspecto acaba comprometendo a aprendizagem e o interesse desses sujeitos encarcerados, pois vivem em uma realidade totalmente diferente dos estudantes das escolas regulares.

Por outro lado, não será qualquer proposta educacional que trará benefícios reais, visto que o ensino no sistema prisional tem sido oferecido, muitas vezes, como se fosse uma escola regular, com o único propósito de alfabetizar e diplomar os alunos presos (ANDRIOLA, 2013). A proposta educacional para presos deve alcançar o objetivo de desenvolver o pleno potencial humano e não somente possibilitar que se curse um ensino com



fins de obtenção de certificação. Considerando esse aspecto, Onofre (2014, p. 21) afirma que “Priorizar o direito à educação escolar dos analfabetos jovens e adultos, deve ser preocupação fundamental de um projeto político que se diz democrático”. É válido destacar que se constitui um desafio a implementação de políticas públicas que priorizem programas e projetos para a mudança desse quadro educacional (BERNARDO, 2018), sobretudo quando essas políticas públicas precisam ser voltadas às pessoas que estão em condições sociais consideradas marginalizadas como as que se encontram em um contexto tão diferenciado como uma Instituição Prisional.

A EDUCAÇÃO PRISIONAL E A CARÊNCIAS NO ESTUDO DAS CIÊNCIAS

Este trabalho teve início na busca por referenciais de estudos no contexto prisional principalmente em relação ao ensino de Ciências. De acordo com Onofre (2014), ainda havia poucas referências em relação à educação em espaços de privação de liberdade. Segundo Bernardo (2018), essa situação perdura e ainda há dificuldade em relação às referências em pesquisas relacionadas ao tema educação prisional, e, no campo do ensino de Ciências, ainda se encontram mais complexos os trabalhos neste sentido (TAVARES, 2019). Conforme afirmado por esse autor,

Esta ausência de debates sobre a educação em ciências de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social como é o caso de adultos e jovens infratores foi comprovada ao realizar pesquisa no indexador Capes e nas revistas sobre educação em ciências ou ensino de química de todos os níveis de Qualis (TAVARES, 2019, p. 96).

Percebe-se, então, que trabalhos em ambientes prisionais sobre a educação em Ciências precisam ser intensificados, dado que outro ponto ressaltado é a inexistência de estudos sobre jovens e adultos nos cursos de formação de professores, especialmente no ensino de Ciências, como se esse conhecimento fosse de interesse somente para os jovens estudantes das escolas em tempo regular.

O que é um equívoco, já que a ciência hoje é vista como um conhecimento que pode trazer autonomia e liberdade ao ser humano (NOVO, 2017). O ensino de ciências pode e é capaz de conscientizar o ser humano de suas potencialidades, trazer conhecimento sobre a situação política e social dos indivíduos, como, também, promover informações úteis para melhoria das condições sociais (APPLE, 2017).



METODOLOGIA

Para a localização das pesquisas que discutem a educação prisional no Brasil foi realizada uma busca no Portal de Periódicos CAPES, considerando o período de 2011 a 2020, buscando as pesquisas mais recentes na área. Sendo dois os motivos desta escolha, a saber: 1) A CAPES atua na formação de professores da Educação Básica, como, também, é um instrumento para a comunidade universitária na consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 2) Pela escassez de pesquisas na área, pois, também foi feita uma verificação nos Anais do ENPEC e ENEQ nos últimos dez anos, ou seja, as cinco últimas edições, e somente foi encontrado um trabalho no Ensino de Ciências no âmbito de ambientes de privação de liberdade publicado no ENPEC e nenhum achado no ENEQ nas edições de 2012 a 2020.

Nos Anais do ENPEC e do ENEQ foram pesquisados termos como “educação de presos”, “educação em ambientes de privação de liberdade”, “educação de detentos”, “educação prisional”. Mas como já foi dito foi encontrado apenas um trabalho no Ensino de Ciências no âmbito de ambientes de privação de liberdade. Esse aspecto evidencia que o Ensino de Ciências ainda não alcança todos os ambientes. Partindo da hipótese de que seriam encontrados muitos trabalhos nos periódicos da CAPES, já que se têm uma abrangência muito maior do que as Anais do ENPEC e do ENEQ, foram utilizados os mesmos termos como meio de busca, no período de 2011 a 2020. Assim, foram identificados 170 artigos em diversos periódicos. Porém, após análise, foram retirados os artigos que não se referiam à área educacional ou que não eram relacionados ao sistema prisional. Artigos que se restringiam aos problemas sociais ou pesquisas na área de ciências sociais, como, também, estudos fora do Brasil foram descartados. Dessa forma, foram identificados vinte seis (26) artigos relacionados à temática da educação em Unidades Prisionais.

Foram retirados os trabalhos que se referiam ao ensino/aprendizagem e revisões sistemáticas de literatura. A pesquisa não foi realizada com outras palavras chaves como: prisões, ambiente prisional, privação de liberdade devido a essas palavras chaves direcionarem para pesquisas com temas relacionados ao Direito.

Os artigos, primeiramente, foram selecionados pelos seus títulos, e, quando ocorria a dúvida em relação ao seu contexto, se fazia referência à educação de adultos privados de



liberdade, recorria-se aos resumos, e, posteriormente, à análise, nos textos completos, dos objetivos, dados e resultados. A adoção desses procedimentos e a seleção dos descritores possibilitou encontrar um conjunto de artigos. Embora com a consciência de que trabalhos possam ter ficado à margem dessa seleção, acreditamos que os achados são representativos para o ensino de Ciências.

A análise dos artigos foi feita por meio da Análise de Conteúdo, procurando obter do conteúdo dos textos indicadores qualitativos a construção de conhecimentos relativos à abordagem em questão (BARDIN, 2002). Foram analisadas as descrições contidas nos artigos buscando a compreensão e interpretação do que está explícito, mas dando atenção também ao implícito contido nos textos (LEITE, 2017). Com a análise, foram evidenciados cinco temas nos quais os artigos estão inseridos de acordo com seus títulos e os aspectos observados e explícitos nos textos analisados, que estão descritos no Quadro 1. Dentro de uma análise implícita do conteúdo analisado, surgiram quatro categorias que serão discutidas na próxima seção (LEITE, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção está organizada em duas partes: a primeira apresenta os artigos identificados nos periódicos e distribuídos em cinco temas; e a segunda, a discussão dos achados da pesquisa considerando quatro categorias de análise.

1ª parte: O levantamento dos artigos em relação à temática

Os artigos identificados foram separados por temas como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Número de artigos identificados.

Nº	TEMAS	TÍTULO	AUTOR	REVISTA	DATA
1	Aspectos Gerais da Educação Prisional	A Educação Escolar Prisional no Brasil: Identidade, Diretrizes Legais e Currículo	CARVALHO, Odair França	Interfaces da Educação	2012
2		A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG)	OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de.	Educ. Pesqui.	2013
3		A Cultura da Escola Prisional: entre o instituído	VIEIRA, Elizabeth	Educação &	2013



Uma revisão sobre a educação prisional no Brasil: o que (não) há sobre o ensino de ciências

		e o instituinte	de Lima Gil	Realidade	
4		A educação prisional no Brasil	NOVO, Benigno Núñez	Revista Jurídica Portucalense	2017
5		Educação Científica nas Prisões: Privação ou Promoção de Liberdade?	DE ANDRADE, Ingrid Silva; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares	Revista Mundi Sociais e Humanidades	2019
6	Legislação Penal e Educacional	Educação escolar como direito: a escolarização do preso nas legislações penal e educacional	ALMEIDA, Julio Gomes; SANTOS, Rogério Queiroz dos	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	2016
7		A Pedagogia Social como Processo de Ressocialização	SOUZA, Elisangela Rodrigues de; CRUZ, Gessica Hiara Curi da; RODRIGUES, Vanessa Elisabete Raue	Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional	2017
8	Educação de mulheres em situação de privação de liberdade	O Presídio Feminino como Espaço de Aprendizagens	IRELAND, Timothy D.; LUCENA, Helen Halinne Rodrigues de.	Educação & Realidade	2013
9		Lógicas de exclusão/inclusão dos processos educativos no contexto prisional feminino	SOUZA, Maria Celeste Fernandes; NONATO, Eunice Maria Nazareth; BICALHO, Maria Gabriela Parenti	Educ. Soc	2017
10		Unidade Prisional Feminina de Palmas	AGUIAR, Adriana da Costa Pereira; DOS SANTOS, Jocyléia Santana	Revista Observatório	2019
11		Cenários da Educação de mulheres jovens e adultas em situação de privação de liberdade no contexto brasileiro	SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; NONATO, Eunice Maria Nazareth; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação,	2020
12		Educação para mulheres jovens e adultas em situação de cárcere: uma perspectiva inclusiva	DO NASCIMENTO, Francis Pignatti; DA SILVA, Luzia Bernardes; DE SOUZA PREUSSLER,	Revista Videre	2020



Uma revisão sobre a educação prisional no Brasil: o que (não) há sobre o ensino de ciências

			Gustavo		
13	Educação a distância	A implementação da educação a distância no sistema penitenciário: efetivação dos direitos fundamentais e reconhecimento da dignidade humana do apenado	SELA, Thiene Nogueira; DA MOTTA, Ivan Dias	Revista de Direito Brasileira	2018
14		O trabalho e a educação carcerária no estado do Pará.	ARAÚJO, Maria Auxiliadora Maués de Lima; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha	Nova Revista Amazônica	2019
15		A educação no cárcere e sua importância na ressocialização: estudo de caso no Maranhão	DA SILVA SANTOS, Odias; KRAMER, Dany Geraldo; DA SILVA, Salomão Luthiano Lima.	Revista Brasileira do Ensino Médio	2020
16		Educação a Distância como possibilidade de qualificação dos Recuperandos do Sistema Prisional	SANTOS, Thaís Teixeira Santos; MARTINS, Ronei Ximenes; VIEIRA, Estela Aparecida Oliveira	Revista Devir Educação	2020
17	Prática docente na EJA	A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional	BESSIL, Marcela Haupt; MERLO, Álvaro Roberto Crespo.	Psicologia Escolar e Educacional	2017
18		A educação de jovens e adultos no sistema prisional brasileiro: o que dizem os planos estaduais de educação em prisões?	PEREIRA, Antonio.	Revista Tempos e Espaços em Educação	2018
19		Extensão universitária na educação de jovens e adultos no contexto prisional: uma proposta educativa dialógica	ALVES, Maria Lígia Isídio; DIAS, Jucilene Nascimento; DA SILVA, Severino Bezerra	Rev. Ed. Popular	2018
20		Prática pedagógica docente na educação de jovens e adultos privados de liberdade pertencentes a uma unidade prisional ¹	MIRANDA, Melina Laís Farias; VASCONCELOS, Corina Fátima Costa; JUSTI, Jadson	Revista Tempos e Espaços em Educação	2019

¹Não foi possível baixar o artigo, somente foi possível acessar o resumo.

21		PPP na educação em prisões: estratégias para a educação de jovens e adultos privados de liberdade	SALES, Márcea Andrade; BARRETO, Maria das Graças Reis	EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação	2019
22	Formação Docente	Ações de Formação em EJA nas Prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará?	ANDRIOLA, Wagner Bandeira.	Educação & Realidade	2013
23		Formar/ações para uma identidade de educador social em espaços não escolares	FERREIRA, Arthur Vianna	Educação e sua diversidade	2017
24		A experiência de alunos universitários voluntários em um processo de educação de jovens e adultos presos	BERNARDO, Renata	Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional	2018
25		Identidade profissional de professores da educação escolar de uma unidade prisional	DUARTE, Alisson José Oliveira; SIVIERI-PEREIRA, Helena de Ornellas	Revista Educação e Cultura Contemporânea	2019
26	Educação em Ciências	Indícios de saberes docentes de uma futura professora de química que estagia no sistema prisional	TAVARES, Mari Inez; KONICZNA, Iara Rocha; PERES, Larissa Busan Feitosa; MOURA, Paulo Rogério Garcez de.	Scientia Naturalis	2019

Fonte: Dados de pesquisa, 2021.

Nota-se, no Quadro 1, que há incidência maior nas produções relacionadas à educação de mulheres e à prática docente na EJA. Consideramos que o trabalho relacionado à educação de mulheres se deve ao fato do aumento da incidência de mulheres no ambiente prisional, fato confirmado nos trabalhos de Nascimento, Silva e Preussler (2020) e Souza, Nonato e Bicalho (2017).

Já os trabalhos relacionados à prática docente da EJA aparecem devido ao fato de este contexto ser característico, pois é o tipo de educação voltada para o ambiente prisional. Alguns autores como Pereira (2018), Alves, Dias e Da Silva (2018) e Bessil e Merlo (2017) afirmam que a EJA, no sistema prisional, é um direito, mas esbarra na ausência de condições



adequadas, como salas de aulas, profissionais qualificados e financiamentos, ou seja, as necessidades educacionais, materiais e humanas de todos os atores que fazem o cotidiano na prisão.

Diante dessas dificuldades, Pereira (2018) e Sales e Barreto (2019) apresentam as concepções de que a EJA já esteve resumida à alfabetização de adultos, mas já assumiu uma visão mais ampla, alcançando o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional, proporcionando aos estudantes privados de liberdade superação das condições de aprisionamento. Isso pode possibilitar a garantia ao direito à educação em toda sua diversidade, fazendo com que o estudante pense a educação como possibilidade de assegurar a autonomia ampla (PEREIRA, 2018; SALES; BARRETO, 2019).

Também foram identificados quatro (04) trabalhos relacionados à educação a distância, principalmente para acesso ao nível superior. Apesar de o número de trabalhos ainda ser pequeno, pode ser considerado um avanço nessa área, pois alguns internos já conseguem acesso ao nível superior dessa forma.

A maior parte das pesquisas encontradas parece, porém, concentrar-se no campo do estudo do Direito e visa a colaboração nas questões relacionadas ao processo de controle, disciplina e diminuição dos índices de reincidência (MELLO; ALVES, 2017). Apesar de mais escasso o tema educação em ambientes de privação de liberdade, no campo da pesquisa, também é possível encontrar produções. Campos e Rosa (2020, p. 251) afirmam que “No contexto prisional, entretanto, essa discussão ainda é uma lacuna, tanto no campo da educação quanto da pesquisa.”

Nesse processo de contribuir com as pesquisas nessa área e apresentar um pouco o que os artigos vêm discutindo sobre as pesquisas que falam da educação no sistema prisional, e dentro da análise do conteúdo implícito nos artigos analisados, surgiram as categorias que serão discutidas nas próximas seções.

2ª parte: O que as categorias nos possibilitam compreender

O exercício da educação em espaços de privação de liberdade

Os artigos analisados apontam que os professores frequentemente associam a sua conduta profissional à função de “conselheiros”, por acolherem demandas emocionais;



“missionários”, devido ao anseio de contribuir para a transformação da conduta dos alunos, e “corajosos”, por exercerem um trabalho considerado desafiante (DUARTE; SIVIERI-PEREIRA, 2019). Ou seja, esse professor, além de exercer a profissão com os conhecimentos da sua formação universitária, tem que observar todo o contexto social e as necessidades dos grupos envolvidos, e ainda procurar meios de auxiliar nos processos existentes no campo dos desfavorecidos (FERREIRA, 2017).

Nesse sentido, a educação no sistema prisional deve ser global, ou seja, uma educação que possibilite uma promoção cognitiva e social, comprometida com a libertação, mesmo fazendo parte de um sistema capitalista (SOUZA; CRUZ; RODRIGUES, 2017). Contudo, o que se verifica é a incapacidade de os sistemas prisionais proporcionarem ao preso condições de participação na vida social de forma digna (ALMEIDA; SANTOS, 2016). A educação prisional não deve ser considerada como um privilégio ou favor a ser disponibilizado ao preso, mas se constitui um direito a ser exercido (MELLO; ALVES, 2017; OLIVEIRA, 2013). No entanto, o próprio sistema que oferece esse direito não oportuniza condições adequadas para o seu exercício pleno, deixando diversas lacunas no que se refere à estrutura, materiais e condições para que os professores exerçam sua atividade dignamente.

Contudo, o sistema prisional, o estado e a sociedade precisam oferecer condições de trabalho para os professores. O desenvolvimento das atividades educacionais em qualquer ambiente necessita de recursos e meios de forma que os apenados também possam ter acesso a programas educacionais adequados. Entretanto, essa realidade não corresponde ao que é verificado em diversos sistemas prisionais do Brasil (SANTOS; KRAMER; SILVA, 2020). A implantação de uma educação voltada para todos nas políticas públicas requer superação de obstáculos específicos do sistema penitenciário, tais como: a cultura da tolerância da corrupção, venda e compra de privilégios, e o empoderamento de classes mais favorecidas (NASCIMENTO; SILVA; PREUSSLER, 2020).

Dificuldades encontradas pelos professores no ambiente prisional

A pesquisa realizada por Bernardo (2018) apresenta o tema da experiência de universitários em um processo de educação de presos como uma reflexão da aplicação de uma ação pública em parceria com uma universidade. O referido estudo apresenta seus limites e



possibilidades dentro de uma realidade duplamente excludente no que se refere aos direitos e garantias, principalmente no campo educacional (BERNARDO, 2018).

Outra barreira mencionada pelo autor, encontrada no desenvolvimento de um processo educacional nas instituições carcerárias, é a presença dos detentos nas aulas. Acontece sempre uma quantidade considerável de faltas, especialmente nos locais em que não é obrigatória a frequência. As ausências são justificadas pelos atendimentos de ordem jurídica, médica e social, e, principalmente, de trabalho. Os presos sempre optam pelo trabalho, em prol das aulas, principalmente quando é necessário o aumento da jornada de trabalho. O trabalho além da remissão da pena, possibilita a remuneração pelo que se produz (BERNARDO, 2018).

Existem ainda outros problemas em relação às condições do aprisionamento que interferem diretamente nos processos educativos, conforme afirmado por Souza, Nonato e Fonseca (2020). As aulas são frequentemente comprometidas, visto que a situação e as condições do aprisionamento, aliadas às normas disciplinares da prisão, muitas vezes, inviabilizam o acesso à escola.

Carvalho (2012) afirma que o universo prisional é marcado por uma cultura e por características próprias como a linguagem, os valores, as normas de segurança, as crenças, a educação, a repressão, a violência, a ordem e a disciplina. As Unidades Prisionais sempre priorizam a manutenção da ordem e disciplina com o objetivo de promover segurança em primeiro lugar. Nesse contexto, em relação às atividades que são realizadas na prisão, estão as atividades educacionais, e o espaço em que ocorre o ato educativo é singular e diferente (CARVALHO, 2012).

A infraestrutura do sistema prisional acaba por não favorecer a integração dos presos na sociedade, pois estes são colocados em situações degradantes, que insultam e agredem sua dignidade (ARAÚJO; FIDALGO, 2019; SANTOS; MARTINS; VIEIRA, 2020). As classes são muito heterogêneas, contendo pessoas que praticaram diversos tipos de crimes e penas, misturando analfabetos e alfabetizados, alunos com diferentes graus de instrução.

Aguiar e Santos (2019) enfatizam que um dos maiores problemas enfrentados está relacionado à rotatividade e à desistência, pois, por tratar-se de unidades de ensino dentro do presídio, há casos de alunos que chegam e saem no meio do ano letivo, devido ao ingresso no sistema prisional ou recebimento de alvará de soltura.



Os professores se veem inseridos em uma instituição onde os limites da prática docente encontram grandes barreiras para oferecer uma educação adequada (DUARTE; SIVIERI-PEREIRA, 2019). Entretanto, os professores demonstram o quanto é gratificante ver pessoas com novas oportunidades de mudança de vida através do acesso a uma nova chance de aprender a ler e escrever (SANTOS; KRAMER; SILVA, 2020). Conclui-se que a educação no contexto prisional representa grande desafio para o professor, pois este necessita ir além de atender a um currículo, mas de educar integralmente o cidadão (SANTOS; VIEIRA; MARTINS, 2020; SELA; DA MOTTA, 2018).

Impactos do trabalho docente em instituições de privação de liberdade

O trabalho profissional docente realizado em um contexto diferenciado, ou seja, em uma instituição carcerária, pode trazer ganhos pessoais e profissionais. Foi constatado por professores entrevistados que o fato de conviverem com realidades tão distintas de outras, atuando em uma cadeia, trouxe-lhes à luz reflexões sobre uma condição social considerada muitas vezes mais marginalizada (BERNARDO, 2018).

A formação de professores ainda não abrange as peculiaridades da educação no sistema prisional, sendo que o regime de trabalho ainda não se constitui como próprio, e é visto como um seguimento apartado, mesmo constituindo uma função do magistério (NASCIMENTO; SILVA; PREUSSLER, 2020). Dessa maneira, percebemos o quanto a educação no sistema prisional se constitui em um campo negligenciado e marginalizado pelo poder público e pela própria educação, percebendo-se a falta de políticas públicas em prol da causa, principalmente no que se refere à pessoa do professor.

Andriola (2013) apresenta uma Proposta de Formação de Professores do Sistema Prisional do Ceará, devido à solicitação de professores para cursos com temas associados à Educação Prisional. A proposta de formação buscou uma atitude reflexiva, não só do professor, mas de todos que atuavam em Unidades Prisionais, pois devem ser considerados potenciais educadores. Com isso, os participantes do curso, que abrangeu todos os funcionários da Unidade Prisional, deveriam conceber a educação como um processo transformador, criando condições para que o indivíduo preso se compreenda como um ser crítico e social, capaz de mudar sua realidade (ANDRIOLA, 2013). Inclusive, Ireland e Lucena (2013) afirmam a necessidade de construção de novas estratégias de aprendizagem



que devem ser desenvolvidas no cenário prisional proporcionando meios de sobrevivência das pessoas encarceradas.

De acordo com Mello e Alves (2017), a importância da escola se vê nas falas mais recorrentes dos presos, em que se menciona que a escola ocupa a mente, contribui para passar o tempo; além disso, é onde tem-se a oportunidade de entrar em contato com o mundo externo, através dos conteúdos trazidos “da rua pelo professor”, que os deixa conhecedores sobre o que acontece fora dos muros do cárcere (MELLO; ALVES, 2017).

Os estudos realizados apontam que a educação e o trabalho no cárcere diminuem a probabilidade de reincidência no crime, e que o interesse pelo trabalho aumenta com a elevação do nível de escolaridade (SANTOS; VIEIRA; MARTINS, 2020). Os autores ainda afirmam que a educação e o trabalho poderão ter um papel importante, possibilitando ao preso uma mudança em sua maneira de ver e apreender o mundo. Segundo Andrade e Pinheiro (2019, p. 46), “A educação, portanto, é um meio de promover conhecimentos e integração social, permitindo aos apenados um futuro melhor quando estiverem em liberdade”.

Para Vieira (2013, p. 108), “a educação na prisão é uma das únicas possibilidades de dar dignidade a essas pessoas, de gerar alteridade,” construindo uma realidade diferente das vivenciadas nas organizações criminosas. Isso ocorre quando o sujeito é instigado a entender e ressignificar seu papel na sociedade, e, em uma perspectiva crítica, rever seus valores, “principalmente resultando no entendimento do valor da liberdade e melhorando o comportamento na vida carcerária” (SANTOS; VIEIRA; MARTINS, 2020, p.224).

A educação em Ciências no ambiente prisional: por que a ausência?

Verifica-se, a partir da análise dos artigos, que a educação em Ciências em ambiente prisional ainda carece de pesquisas e, apesar do sistema educacional na prisão já ter evoluído em alguns aspectos legais, a pergunta em questão é: por que há essa ausência de pesquisas?

Apenas uma produção relacionada à educação em Ciências foi identificada e trata-se do texto de Tavares (2019) que vem discutindo “Os indícios de saberes docentes de uma futura professora de Química que estagia no sistema prisional”. O trabalho tem como principal objetivo responder a pergunta: quais os indícios de saberes docentes apontados nos diários de bordo de uma professora de Química que atua no ambiente prisional. A autora do estudo justifica a pesquisa devido exatamente à ausência de trabalhos na área de ensino de Ciências, especialmente referente à disciplina de Química e à necessidade de a formação de



professores discutir em seu contexto a temática educação prisional, principalmente na disciplina de estágio, que é uma das principais fontes de construção dos saberes docentes.

Levando-se em consideração o ambiente prisional como um ambiente complexo e desafiador em que as normas do local determinam como será a forma de agir ou a maneira de fazer educação, esses saberes docentes são construídos de uma forma única e particular, fornecendo, ao futuro professor, uma experiência única de saber lidar com a educação em diversos ambientes e em diferentes contextos.

É dentro desses diversos contextos que o professor se depara com diversas dificuldades e limites impostos como, por exemplo, a falta de material didático adequado, especialmente relacionado a área de ensino de Ciências, e especificamente a Química (TAVARES et al, 2019). Com isso, surge um desafio para quem leciona no ambiente prisional que é a preparação de material didático adequado à população carcerária e compatível com as normas de segurança do ambiente prisional.

Em relação aos eventos da área de ensino de Ciências analisados, apenas um trabalho foi identificado relacionado ao ambiente prisional e o ensino de Ciências, que trata de estratégias que favoreçam o ensino/aprendizagem de Biologia em relação a filmes de curta e longa metragem. Não foram encontrados trabalhos que tratam da educação em Ciências em ambiente prisional, nem direcionados à formação de professores para esse contexto. No estudo identificado nas Atas do ENPEC de autoria de Cavalcante e Gastal (2011), foram identificados trechos relativos à segurança e ao direito legal à educação conforme se vê no fragmento:

Reforçando o preceito constitucional e a LDB, a Lei de Execuções Penais (BRASIL,1984), determina como direito do preso a assistência educacional. Desta forma, a educação é um direito legal do encarcerado e, mesmo com as limitações existentes no presídio, relacionadas com a segurança, a educação deve ser acessível àqueles que tenham interesse em iniciar, retomar ou prosseguir a sua escolarização (CAVALCANTE; GASTAL, 2011, p.3).

A pesquisa mostrou que, apesar das contradições no ambiente prisional, pode haver certa flexibilidade, pois, quando necessitaram de mais tempo para continuar o trabalho em sala de aula, foi concedido, mostrando que na educação prisional pode haver espaço para a flexibilidade e o entendimento entre a ação pedagógica e a policial. O texto apresenta ainda referências à educação crítica quando associa o quanto é importante levar conteúdo que se aproxime do cotidiano dos alunos e a comparação com suas vivências, refletindo sobre si



mesmos acerca da realidade em que vivem, influenciando, conseqüentemente, na leitura do mundo.

A pesquisa ainda mostra que o ensino em prisões deve respeitar as regras de segurança do ambiente prisional, entretanto, ‘isto não significa aulas “prisoneiras” do sistema’ (CAVALCANTE; GASTAL, 2011, p. 8). O professor precisa de qualificação inicial e continuada e incentivos para que consiga buscar estratégias que estimulem os alunos. É importante, principalmente, que políticas públicas promovam a educação de qualidade que possibilite aos estudantes se perceberem como pessoas capazes de mudar a sua própria realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, e conforme a literatura consultada, foi possível identificar que a educação nos presídios divide espaço com a sua subordinação à disciplina. Constatamos, então, a vinculação entre a escola e o aparelho disciplinador da prisão. O ambiente carcerário utiliza regras rígidas de conduta para os indivíduos, e a inserção do preso no ambiente escolar é mais uma estratégia cujo objetivo é a devolução à sociedade de um sujeito recuperado, ressocializado e reabilitado.

Por outro lado, é inegável a funcionalidade da escola no espaço prisional, uma vez que permite ao encarcerado não só adquirir conhecimento formal e ter acesso a algum grau de escolaridade, mas oportuniza diálogos sem censura que podem modificar sua visão de mundo.

Identificou-se que são ausentes as discussões dessa temática na formação inicial e continuada de professores e, em especial, na formação de professores de Ciências. Nesse sentido, entendemos que a formação de professores pode e deve analisar as possibilidades educativas que são utilizadas nesses espaços, estruturando o planejamento de diferentes estratégias de atuação diante das dificuldades existentes em um ambiente de privação da liberdade.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael Whitman. **A educação pode mudar a sociedade**. Tradução de Lílian Loman. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.



BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Casa Civil, 1996 L9394 (planalto.gov.br). Acesso em 19.11.21.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 99, de 14-12-2017.

CAMPOS, Aline; ROSA, Camila Simões. Rodas de conversas em prisões. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, Brasil, v. 29, n.2, p. 249-267, maio/jul., 2020.

CAVALCANTE, Elisângela Caldas Braga; DE ARAÚJO GASTAL, Maria Luiza. Ensino de Biologia na Educação Prisional e a exibição de documentário, filme de curta e longa metragem. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (VIII ENPEC), 2011, Campinas. Anais. Campinas: UNICAMP. 2011.

LEITE, Rosana Franzen. A Perspectiva da Análise de Conteúdo na Pesquisa Qualitativa: Algumas Considerações. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v.5, n.9, p. 539-551, dez 2017.

MELLO, Fábio Mansano de; ALVES, Ana Elizabeth Santos. A educação nas prisões como técnica de controle do carcerário: algumas considerações. In: SANTOS, Arlete Ramos; OLIVEIRA, Júlia Maria da Silva, COELHO, Lívia Andrade (Orgs). **Educação e sua diversidade** [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 145-156.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação Escolar na Prisão: O Olhar de Alunos e Professores**. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

SOUZA, Carolina Maciel; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Desafios de uma professora de educação física na medida socioeducativa de internação. **Reflexão e Ação**, v. 27, n. 2, p. 166-181, mai./ago. 2019.

UMPIERREZ, Anália. Traços de uma proposta educacional e artística nas prisões. **Revista Temas em Educação**, v.29, n.2, p. 228-248, fev/jul., 2020.

A REVIEW ON PRISON EDUCATION IN BRAZIL: WHAT'S (NOT) ABOUT SCIENCE TEACHING

ABSTRACT: This paper aimed to understand how current research presents the theme of prison education, specifically regarding the teaching of science. The data were obtained from the Portal of Periodicals and Catalogs of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), in the period from 2011 to 2020, and in the editions of the National Meeting of Research in Science Education (ENPEC) and National Meeting of Chemistry Teaching (ENEQ) from 2012 to 2020. For data analysis, content analysis was used. The literature consulted points out that education in prisons shares space with its subordination to discipline. On the other hand, the functionality of school in prison is undeniable, since it not only allows prisoners to acquire formal knowledge and have access to some level of schooling, but it also plays an important role in the life of the teacher who works in this context. This may provide the incarcerated subject with experiences of that

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 01, p. 77-94, jan., /abri., 2022



reality and the effectiveness of the educational process in prisons, and may bring a significant experience for teacher training.

Keywords: Education of adults deprived of freedom; Education in spaces of deprivation of freedom; Science Teaching.

UNA REVISIÓN SOBRE LA EDUCACIÓN EN LAS PRISIONES EN BRASIL: LO QUÉ (NO) HAY ACERCA DE LA ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS

RESUMEN: Este trabajo buscó comprender de que forma investigaciones actuales abordan la temática de la educación penitenciaria, específicamente al respecto de la Enseñanza de las Ciencias. Los datos fueron obtenidos por medio del Portal de Revistas y Catálogos de Tesis de la *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, de 2011 a 2020, así como por medio de las ediciones del *Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)* y *Encontro Nacional de Ensino de Química (ENEQ)* de 2012 a 2020. El tratamiento de los datos se llevó a cabo por medio de análisis de contenido. La literatura consultada indica que la educación en las cárceles comparte espacio con la subordinación a la disciplina. Por otro lado, es innegable la funcionalidad de la escuela en el espacio penitenciario, ya que, no solo permite a los reclusos adquirir conocimientos formales y acceder a algún grado de escolarización, sino que también tiene un papel importante en la vida del docente que trabaja en ese contexto. Tal situación puede brindar al sujeto privado de libertad vivencias de esa realidad y de la eficacia del proceso educativo en las cárceles, lo que puede aportar una experiencia significativa para la formación de docentes.

Palabras clave: Educación de adultos privados de la libertad; Educación en espacios de privación de libertad; Enseñanza de las ciencias.

Submetido em: 31/01/2022

Aprovado em: 10/03/2022

Publicado em: 5/04/2022